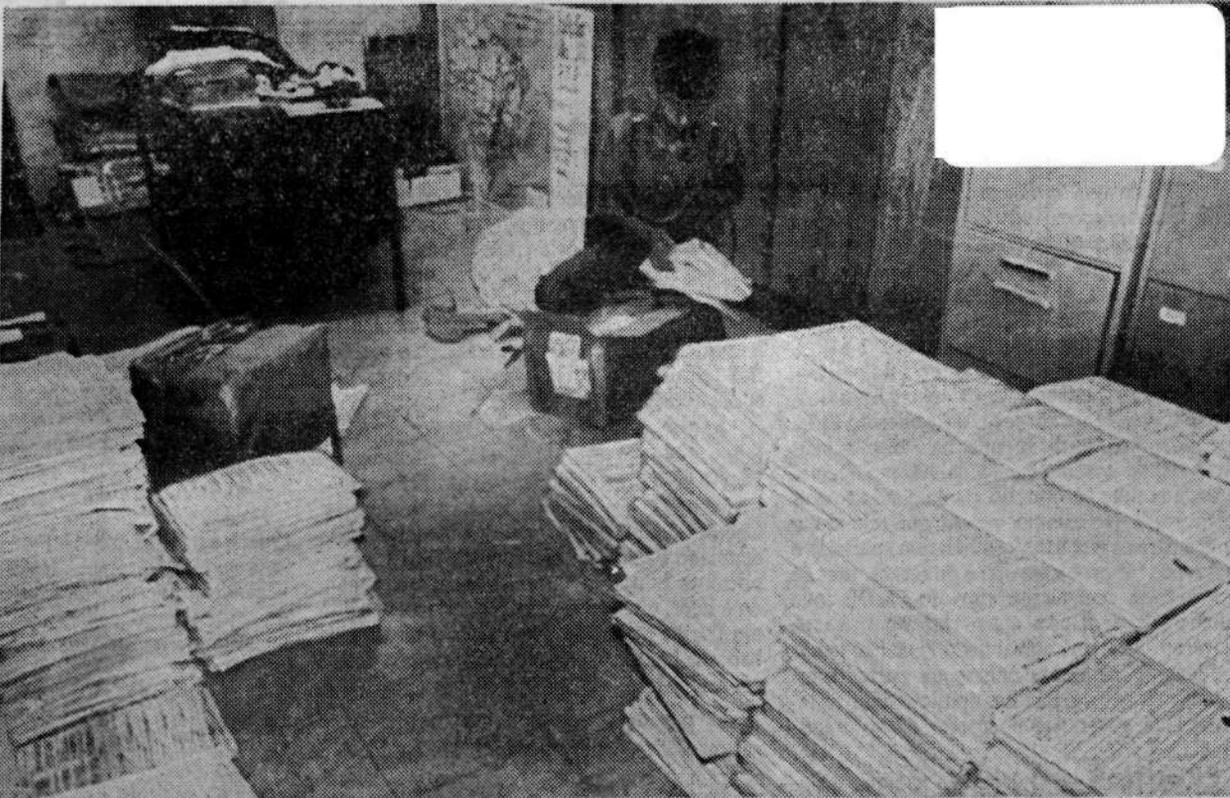


Brasília — Duca Lessa



Com as pilhas de listas assinadas, a CNBB dá prova da eficiência de seu "lobby"

Esquerda também quer consenso

BRASÍLIA — Os deputados Euclides Scalco (PR) e Antônio Brito (RS), dois vice-líderes do PMDB, que vêm participando do grupo interpartidário que busca soluções negociadas para a Constituinte, acertaram com os deputados Percival Muniz (PMDB-MT) e Wilson Souza (PMDB-SC), integrantes do Movimento de Unidade Progressista, a entrada da ala esquerda do PMDB nos entendimentos.

Vilson Souza e Percival Muniz ouviram de Scalco um relato detalhado da iniciativa e garantiram que o MUP participará da reunião do grupo interpartidário de quarta-feira, na Biblioteca da Câmara. A adesão da ala esquerda do PMDB às negociações reforça a estratégia do grupo interpartidário de reunir o apoio da maioria dos integrantes da Comissão de Sistematização — ou seja, 47 constituintes — para as emendas conjuntas que serão apresentadas.

O MUP possui 11 votos na comissão: Abigail Feitosa (BA), Ademir Andrade (PA), Carlos Mosconi (MG), Cristina Tavares (PE), Fernando Lyra (PE), Haroldo Sabóia (MA), José Paulo Bisol (RS), Nelton Friedrich (PR), Osvaldo Lima Filho (PE), Paulo Ramos (RJ) e Sigmaringa Seixas (DF).

O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) também participará da reunião. Ontem o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) conversou com Scalco sobre a integração de seu partido nas negociações. Embora o PT ainda não se tenha definido, as discussões estão bastante avançadas e provavelmente ele se integrará aos entendimentos quarta-feira quando o grupo realizará sua última reunião antes do dia 5.

Aeronáutica condena anistia

O Ministério da Aeronáutica divulgou um documento dirigido aos parlamentares e a todas as organizações militares em que condena o artigo do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização que concede anistia ampla, geral e irrestrita aos militares cassados. Segundo o assessor parlamentar da Aeronáutica, tenente-coronel Pedro Josino Cordeiro, o documento é um "esclarecimento do ministério aos constituintes".

O documento, com 16 páginas, divulgado sob a forma de boletim periódico com grau de sigilo ostensivo, deverá ser lido para a tropa formada em todas as unidades da Aeronáutica.

O documento lembra que a emenda complementar 26, de 1985, concede promoções a todos os beneficiados pela lei de anistia, de 79, como se tivessem permanecido em serviço ativo. O artigo 475 do anteprojeto da Comissão de Sistematização concede aos cassados anistia ampla, geral e irrestrita, assegurando a reintegração ao serviço ativo e ressarcimento do que teriam recebido durante o período em que permaneceram fora de atividade.

— Para quem quer manter a política fora dos quartéis esta não é a melhor forma de agir — afirmou o tenente-coronel Josino.

O coronel Josino lembra que a estrutura militar é baseada em critérios de hierarquia e disciplina, e que quando um

oficial é reintegrado sem qualificação, o passo seguinte é fatalmente a indisciplina. "Além disso, é fundamental manter a instituição do espírito-de-corpo, que é o reconhecimento da capacidade do oficial pelos seus colegas e subordinados", diz.

O documento da Aeronáutica lembra que entre os oficiais de cada turma formada anualmente, cerca de 50% atingem o posto de coronel — a perspectiva máxima de promoção — e só 10% ascendem ao generalato. "Além do mais", diz o texto, "existe um número determinado de oficiais-gerais na ativa, quantidade que não pode ser ultrapassada porque a cada oficial-general corresponde uma função compatível a ser exercida privativamente".

Quanto ao ressarcimento diz o documento que "A lei 6.683 (da anistia) e a emenda complementar 26 permitiram que de um lado se efetuassem todas as promoções possíveis e, em seguida, se ajustassem os vencimentos a essas novas situações". E, pergunta: "Que atrasados restariam a ser ressarcidos?"

Segundo o documento, os benefícios já concedidos superam as melhores expectativas, já que "rotineiramente, apenas 50% dos oficiais atingem na ativa o posto de coronel, de onde se pode constatar que metade dos cassados não o teria atingido se tivessem permanecido na ativa".

Assinaturas que CNBB obteve para emendas ultrapassam 1 milhão

Amanhã, às 15h 30min, o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Luciano Mendes de Almeida, irá ao gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para entregar, pessoalmente, caixotes com mais de 1 milhão de assinaturas recolhidas em apoio às suas quatro propostas, nas áreas de educação, liberdade religiosa, família e ordem econômica. A CNBB organizou um mutirão de jovens católicos para a contagem das assinaturas, que até as 15h chegavam a 817 mil 631.

Os números surpreenderam os organizadores da campanha, embora a CNBB tenha um dos mais eficientes lobbies em atuação na Constituinte. Uma comissão coordenou o trabalho de dióceses e entidades católicas, na coleta de assinaturas nos estados. Além de mobilizar uma rede de 250 aparelhos de telex e produzir um boletim de notícias, distribuído semanalmente para 5 mil pontos em todo o país, a CNBB organiza encontros com parlamentares e conta, no Congresso, com a ajuda de dois jornalistas e uma assessoria que acompanha os debates.

Propostas — Na contagem parcial, a proposta que obteve maior número de assinaturas foi a que estabelece o direito da família. Nessa emenda, a CNBB alia-se a outras entidades religiosas contra os defensores do aborto. A Igreja quer que a lei garanta a preservação da vida de cada pessoa "desde a concepção e em todas as fases de sua existência, não se admitindo prática do aborto deliberado, da eutanásia e da tortura".

A emenda sobre educação — 173 mil 87 assinaturas contadas, sem incluir as que a Associação de Educação Católica colheu — opõe-se aos movimentos estudantis e entidades de professores que não querem a liberação de recursos públicos para escolas particulares privadas. A CNBB quer que o amparo técnico e financeiro dos poderes públicos seja "somente concedido a entidades educacionais de natureza não lucrativa", classificação que inclui as escolas e universidades católicas.

Na Ordem Econômica, a aliança é com os movimentos a favor da reforma agrária. Além de ter apresentado emenda (230 mil 395 assinaturas) que prevê a desapropriação de terras que não cumpram função social, a CNBB apóia a emenda dos trabalhadores sem terra, inscrita por 18 entidades, que limita o tamanho de todas as terras em 60 módulos rurais (o tamanho dos módulos é estabelecido pelo INCRA, em hectares, e varia de acordo com a extensão dos estados).

Na emenda sobre liberdade religiosa (127 mil 996 assinaturas), a CNBB defende o direito à livre opção religiosa e diz que a Constituição deve ser promulgada sob a invocação do nome de Deus.

Sugestões pedem que cidadão participe

SÃO PAULO — No último dia para recolhimento de assinaturas para propostas populares à Constituinte, participantes de cerca de 100 plenários espalhados pela capital e interior do estado fizeram a entrega simbólica das sugestões que, juntas, somam mais de um milhão de adesões.

Dentre as propostas que mais receberam apoio popular, está a sugestão de criação de mecanismos para participação do povo, que institui um dispositivo através do qual será possível ao cidadão propor e até rejeitar leis, e que alcançou mais de 500 mil assinaturas.

Segundo o jurista Dalmo Dallari, um dos organizadores da Sala da Constituinte — que centralizou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco os demais plenários montados no interior — o grande número de assinaturas conseguidas mostra que o povo está mais do que interessado em participar dos rumos do país, ao contrário do que muitos diziam. O jurista afirmou que a intenção desse projeto era exatamente possibilitar que o cidadão fosse um pouco constituinte, "para que a nova carta tenha a cara do povo e não dos técnicos em leis".